



Comissão vota hoje Plano Nacional de Educação

Projeto destina 10% do PIB para políticas de ensino e pretende erradicar o analfabetismo, além de oferecer horário integral em 50% das escolas públicas de ensino básico. Relator, José Pimentel quer vincular à educação todos os royalties do petróleo de contratos assinados após 3 de dezembro de 2012. **4**



Jonas Pereira/Agência Senado

Alfabetizar todas as crianças até os 8 anos é meta do projeto que será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos

Fraude em aposentadoria é alvo de sindicância **2**

Senadores debatem boato sobre fim do Bolsa Família **3**

Senado homenageia 40 anos da Unifor **2**



Roberto Stockert Filho/PR

Renan acompanha Dilma em novos estádios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhou a presidente Dilma Rousseff na inauguração dos estádios de Brasília, no sábado, e do Recife, ontem, que passaram por obras

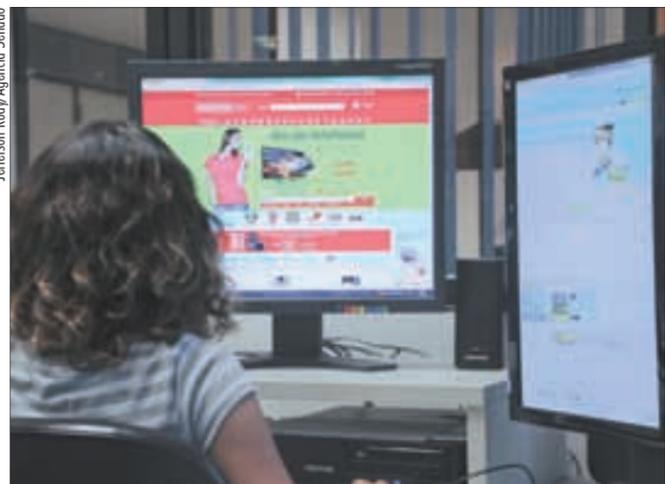
para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Na capital pernambucana, Dilma e Renan participaram da cerimônia que marcou o início das operações de um navio da Transpetro. **5**

Renan Calheiros (C) acompanha a presidente Dilma Rousseff em visita ao Recife e participa da cerimônia que marca o início das operações do navio petroleiro Zumbi dos Palmares

especial
Cidadania

Defesa do Consumidor já dispõe de regras para comércio eletrônico

Decreto presidencial que regulamenta setor foi elaborado a partir de projetos em tramitação no Senado. Norma inclui direito ao arrependimento. **8**



Jefferson Ruedy/Agência Senado

Vendas on-line já fazem parte da rotina de 32 milhões de brasileiros



Moneira Maniz/Agência Senado

Presidente da comissão, Collor (3º à esq.) conduziu os debates com Cavasin Neto, Regis Leal e Gonçalo Pereira

Especialistas: etanol exige atenção

O governo precisa intensificar as políticas públicas de apoio à produção de etanol, disseram ontem participantes de

audiência na Comissão de Infraestrutura, ao debater investimentos em energia para o desenvolvimento do país. **7**

Ana Rita defende preservação do programa A Voz do Brasil **5**

Presidente do Banco Central fala hoje sobre metas **6**

Comissão do Código Comercial define plano de trabalho **6**

Pimentel pede royalties do petróleo para educação

Senador, que é relator da proposta do Plano Nacional de Educação, destacou necessidade de elevar os investimentos na área em sessão de homenagem aos 40 anos da Universidade de Fortaleza

EM SESSÃO ESPECIAL para homenagear a Universidade de Fortaleza (Unifor) pelos seus 40 anos, o senador José Pimentel (PT-CE) defendeu a destinação dos recursos dos royalties do petróleo para a educação (leia mais na página 4).

— Precisamos fortemente desses recursos para que possamos investir no mínimo 10% do produto interno bruto na educação brasileira — defendeu.

Pimentel afirmou que os demais senadores cearenses, Inácio Arruda (PCdoB) e Eunício Oliveira (PMDB), também defendem a proposta.

Relator do Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos (PLC 103/2012), Pimentel foi o autor do requerimento para a realização da sessão de ontem. Ele disse que a Unifor é considerada a melhor universidade privada das Regiões Norte e Nordeste.

Eunício Oliveira, ex-aluno da instituição, recordou seu momento na universidade e elogiou a instituição.

— São duas vocações que se completam: a vocação da Uni-



Senadores pelo Ceará e convidados na abertura da sessão especial de ontem

for para a excelência e a vocação cearense para o progresso, em prol do bem comum, em prol do futuro — disse.

Inácio Arruda também manifestou apreço à universidade, afirmando que ela contribui para a formação da inteligência nacional e para o desenvolvimento do Ceará e do Brasil.

— Passados agora 40 anos, o que mais concretamente deve ser considerado é o incontestável valor que hoje representa a Universidade de Fortaleza no cenário da educação brasileira

— afirmou Inácio Arruda.

Estiveram presentes na sessão o deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE); o ministro do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo; a reitora da Unifor, Fátima Veras; o chanceler da Unifor e filho de Edson Queiroz, fundador da universidade, Airton Queiroz; e sua mãe, Yolanda Queiroz.

Fundada em 1973, a Unifor já graduou 70 mil alunos e formou 7 mil pós-graduados. A universidade mantém convênio de intercâmbio com 170 universidades em 30 países.

Jorge Viana defende efetivação de 11 mil servidores do Acre

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem a efetivação de 11.564 servidores contratados sem concurso antes da Constituição de 1988. As efetivações foram feitas no mandato de Viana no governo estadual iniciado em 1999, mas a mudança na Constituição do Acre para esse fim foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na quinta-feira.

— Sempre defendi concurso, mas houve uma transição. Há situações graves. Há pessoas que já se aposentaram, pessoas que estão na iminência de se aposentar, pessoas que prestaram serviço por quase 30 anos — disse, estimando que um terço dos servidores do estado esteja ameaçado.

Rolleberg parabeniza cidades do DF por realização de eventos



Pedro Franco/Agência Senado

Eventos que mobilizaram o Distrito Federal no último fim de semana foram elogiados por Rodrigo Rolleberg

(PSB-DF). O senador destacou a sexta edição da Agrobrasil — Feira do Cerrado Brasileiro, na BR-251; a celebração de Pentecostes, no Taguaparque, em Taguatinga, com estimativa de participação de cerca de 2 milhões de pessoas ao longo do final de semana; e a Festa do Divino Espírito Santo, em Planaltina, que, no último dia de celebrações, foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do DF.

Vicentinho Alves registra aniversário de 24 anos de Palmas



Pedro Franco/Agência Senado

Vicentinho Alves (PR-TO) homenageou em discurso a cidade de Palmas, que completou 24 anos ontem. A capital foi fundada após a criação do estado pela Constituição.

— Num encontro histórico com o então governador, Siqueira Campos, pude sobrevoar a fazenda onde seria implantada a futura capital. Voltamos e fui para Porto Nacional com um entusiasmo tremendo, para assinar o desmembramento da cidade para criar Taquaruçu do Porto e, consequentemente, Palmas, a nossa bela capital — lembrou.

Senadores comentam declarações de Barbosa

Jorge Viana (PT-AC) comentou a declaração dada ontem pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, de que os partidos “são de mentirinha” e que o Congresso é “ineficiente e inteiramente dominado pelo Executivo”.

— Não fazer a reforma política é algo que depende só do

Congresso, e ela não acontece; enfraquece os partidos e tira o respeito da sociedade. Mas, para os que dirigem os Poderes, o melhor é encontrar uma maneira de cuidar cada um do seu e ajudar a fortalecer os outros Poderes — disse Viana, vice-presidente do Senado.

Romero Jucá (PMDB-RR)

disse tratar-se de uma “opinião pessoal” de Barbosa, o que é legítimo numa democracia.

O Supremo emitiu nota em que sustenta ter o ministro falado “na condição de acadêmico e professor”, manifestando “opiniões sobre o sistema de governo (...), na perspectiva do funcionamento ideal”.

Senado cria comissão para investigar suspeita de fraude em aposentadoria

O Senado criou ontem uma comissão de sindicância para investigar a denúncia do programa *Fantástico*, da Rede Globo, de que dois servidores da Casa, Alfredo Quintas e Dante Ribeiro, aposentados por invalidez, teriam voltado a trabalhar.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que os servidores agiram de má-fé e que, caso seja comprovado que têm condições de trabalho, suas aposentadorias deverão ser revertidas judicialmente.

— É uma conduta criminosa, fraudulenta, e como tal precisa ser tratada. Vamos criar uma comissão de sindicância, num curtíssimo prazo, vasculhar essas

aposentadorias e revertê-las judicialmente — afirmou o senador ao programa, exibido anteontem.

Transparência

Renan também determinou a revisão de todas as aposentadorias por invalidez por uma nova junta médica do Senado. Além disso, mandou incluir no Portal da Transparência a circunstância da aposentadoria dos servidores — se por tempo de serviço, de contribuição ou por invalidez.

A comissão de sindicância será composta por três servidores efetivos do Senado: Ely Maranhão Filho, Isabela do Rosário Lisboa Martins e Atila Cesetti.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Projeto que trata de homenagem a Santos Dumont nos aeroportos.

PRESIDÊNCIA OMC

11h Convenção do PMDB Mulher; às 12h, João Roberto Marinho, das Organizações Globo; às 12h45, diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo. Às 16h, ordem do dia; às 20h30, jantar com o vice-presidente Michel Temer e governadores do PMDB.

CMA Recuperação florestal

8h30 Projeto que incentiva recuperação florestal em assentamentos rurais.

CCT Simples Nacional

9h Projeto que inclui escolas de ensino médio e empresas de representação comercial e corretagem de seguros entre os aptos ao Simples Nacional.

CAS Tratamento do câncer

9h Audiência para debater a regulamentação da lei que estabelece prazo máximo de 60 dias para início do tratamento, pelo SUS, de paciente com câncer.

CMMC Código Florestal

9h30–18h Seminário Um Ano de Vigência do Novo Código Florestal: entraves, avanços e retrocessos. O evento ocorre no Plenário 8 da Câmara dos Deputados.

CAE Plano Nacional de Educação

10h Projeto do Plano Nacional de Educação e o que estabelece garantias para o pagamento de salários de terceirizados.

CDH Mulheres nas eleições

10h Participação da mulher nas eleições de 2010 é tema de audiência pública com presença da ministra de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

CE Educação na Finlândia

10h Em audiência, ministro da Educação e Ciência da Finlândia, Jukka Gustafsson, fala sobre sistema educacional do país.

CRE Indicação de embaixadores

14h Examina indicação de embaixadores para Argélia; Israel; Turcomenistão e Quirguistão; Dinamarca e Lituânia; e Libéria.

MERCOSUL Representação brasileira

14h Instalação da representação brasileira no Parlamento do Mercosul e eleição do presidente e dos vice-presidentes.

CÓDIGO PENAL Audiência pública

14h30 Comissão temporária para reforma do Código Penal debate crimes contra a pessoa, com presença do coordenador da Comissão da Verdade, Cláudio Fonteles.

COMISSÃO MISTA MP contra pobreza

14h30 Análise do relatório da comissão mista que examina a MP 607/2013, que modifica o benefício para superação da extrema pobreza.

CMO Banco Central

15h Em audiência da Comissão Mista de Orçamento, presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); às 10h, audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Boato do Bolsa Família gera debate em Plenário

O boato de suspensão dos pagamentos do Programa Bolsa Família, que causou confusão em agências da Caixa Econômica Federal no fim de semana, foi tema de pronunciamentos em Plenário ontem.

Hoje começará a ser analisada, em comissão mista, a Medida Provisória 607/2013, que amplia o Bolsa Família para lares sem crianças até os 15 anos. Com a ação, o governo considera que terá retirado da miséria 22 milhões de pessoas desde 2011. A estimativa é que o incremento custe aproximadamente R\$ 770 milhões neste ano.



Informação falsa sobre cancelamento do benefício provocou confusão nas agências da Caixa Econômica Federal durante o fim de semana, em vários estados

Agripino: comentário de Maria do Rosário é afronta à inteligência

José Agripino (DEM-RN) criticou ontem em Plenário declaração da ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, que atribuiu à oposição os boatos sobre o fim do Programa Bolsa Família. O parlamentar classificou o comentário de “afronta à inteligência” e disse que o governo deve investigar o caso.

A ministra fez o comentário pelo Twitter, na manhã de ontem. O parlamentar criticou a atitude de usar o Twitter para acusar a oposição em vez de fazê-lo por nota oficial.

Agripino pediu uma investigação aprofundada para identificar os responsáveis por divulgar as falsas informações. Ele disse que não descarta a possibilidade de o boato ser um ato do próprio governo “para se vitimizar”.

Para o senador, o desespero dos beneficiários mostrou que o programa criou uma relação de dependência, sem de fato ajudar as pessoas a deixarem a miséria.

Aloysio critica ministra por acusar a oposição por meio do Twitter

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestou “perplexidade e indignação” com a mensagem no Twitter em que a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, atribuiu à “central de boatos da oposição” a disseminação do rumor sobre o fim do Bolsa Família. Na avaliação dele, “o PT tem know-how em disseminar notícias falsas”:

— O Brasil não se lembra do boato esparramado pelo PT na campanha a presidente de Dilma de que José Serra, se eleito, acabaria com os concursos públicos? — indagou.

Aloysio lembrou que o líder do PSDB na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP), protocolou requerimento para que Maria do Rosário esclareça ao Congresso a origem da informação. A própria ministra, também no Twitter, afirmou mais tarde que não tinha “indicação formal” da origem dos boatos e que não desejava politizar uma “singela opinião”.

“Oposição não se prestaria a esse tipo de fofoca”, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) declarou que o Programa Bolsa Família é “uma conquista que não tem retrocesso”. Para o senador, “qualquer boato é muito menor que a verdade, e a verdade sempre prevalece”.

— A verdade é que o Brasil tem o programa social mais relevante e mais vencedor do mundo, imitado em vários países.

No último fim de semana, um boato sobre o fim do Bolsa Família levou milhares de pessoas em 12 estados às agências da Caixa em busca de saques. Jucá afirmou não acreditar que a oposição se “preste a fazer esse tipo de fofoca, pelo menos publicamente”, pois seria “uma burrice e uma ignorância”.

— Fazer fofoca contra o Bolsa Família é ir contra o povo brasileiro — disse.

Segundo o senador, o boato não é uma forma “inteligente” de fazer campanha contra o governo, considerando que a iniciativa tenha tido um fim eleitoral. Ele lembrou que o programa foi ampliado recentemente e disse que, com a verdade, o governo fica fortalecido.

— Se partiu de alguém da oposição, foi uma proposta extremamente burra e que reforça a posição do governo.

Viana afirma que divulgação de notícia falsa é criminosa

Jorge Viana (PT-AC) lamentou em Plenário, ontem, a circulação de boatos no fim de semana, em vários estados brasileiros, sobre um suposto fim do Programa Bolsa Família. Dizendo-se estarecido com o fato, Jorge Viana considerou criminosa a divulgação da notícia falsa, a qual, em sua opinião, poderia ter tido consequências trágicas para as pessoas cadastradas no programa.

— É óbvio que, neste momento, todos nós, oposição e situação, temos que reconhecer que foi uma situação gravíssima. A concentração e a invasão de prédios poderiam ter causado a morte de várias pessoas no final de semana — disse.

Mesmo admitindo as dificuldades para descobrir a autoria dos boatos, Viana julgou válida a decisão do governo de solicitar à Polícia Federal uma investigação para apontar os responsáveis pela divulgação.

Ana Rita: bolsas do MEC democratizam acesso à faculdade

Ana Rita (PT-ES) destacou o lançamento, pelo Ministério da Educação (MEC), do Programa Nacional de Bolsa-Permanência, que prevê a concessão de auxílio financeiro para estudantes de baixa renda das universidades federais, incluindo indígenas e quilombolas.

Lançada em maio, a bolsa começará a ser repassada em junho a universitários que atendam os critérios das políticas de cotas étnico-raciais, matriculados em cursos com carga horária maior que cinco horas diárias e renda familiar por pessoa de um salário mínimo e meio (R\$ 1.017). O valor da Bolsa-Permanência é de R\$ 400.

A iniciativa, afirmou a senadora, contribuirá para democratizar o acesso e a permanência das populações mais pobres no ensino superior, sobretudo os negros, índios e quilombolas, que historicamente estiveram excluídos do direito básico ao conhecimento.

— A Bolsa-Permanência fará a diferença para estudantes que encontravam dificuldades para se manter nos estudos, dada a necessidade de trabalhar para contribuir para a renda familiar.



Agripino não descarta que autoria dos boatos seja do próprio governo



Deputado requereu explicações da ministra Maria do Rosário, diz senador



Viana apoia decisão de acionar a Polícia Federal nas investigações

Plano Nacional de Educação destina 10% do PIB para políticas de ensino

Projeto que será votado hoje tem como meta erradicar o analfabetismo e oferecer horário integral em 50% das escolas públicas de ensino básico

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) volta a analisar hoje o Plano Nacional de Educação (PNE). A votação estava marcada para o último dia 14, mas foi adiada após senadores pedirem mais tempo para avaliar a proposta.

Previsto no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 103/2012, o PNE destina ao menos 10% do produto interno bruto (PIB) para políticas educacionais e estabelece obrigações para os próximos dez anos.

Entre as 20 metas estabelecidas, estão: alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, erradicar o analfabetismo funcional, oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de ensino básico e aumentar o número de professores da educação básica com pós-graduação.

O relator na CAE é José Pimentel (PT-CE), que tentou resolver a falta de adequação financeira para aplicar 10% do PIB na educação incorporando ao PNE parte das disposições do Projeto de Lei 5.500/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados, que destina 100% dos royalties do petróleo para a educação e mais 50% do Fundo Social do petróleo extraído da camada pré-sal. Pimentel quer vincular à educação todos os royalties do petróleo dos novos contratos de exploração celebrados a partir de 3 de dezembro do ano passado.

O relator afirma que “ao adotar a decisão pelos 10% do PIB para a educação pública, a Câmara transferiu a esta Casa [Senado] o ônus da descoberta das fontes de novos recursos. A ampliação da meta representa um aumento considerável já que, em 2011, o gasto foi de 6,1%”.



Metade das escolas públicas em todo o Brasil vão oferecer educação em horário integral caso o projeto seja aprovado

Objetivos

ALGUMAS DIRETRIZES

- ▶ Erradicação do **analfabetismo**
- ▶ Melhoria da **qualidade** da educação
- ▶ **Universalização** do atendimento escolar
- ▶ **Valorização** dos profissionais da educação
- ▶ Promoção do princípio da **gestão democrática** na educação pública
- ▶ Estabelecimento de **meta** de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade

ALGUMAS METAS

- ▶ Ampliar o **investimento público** em educação de forma a atingir, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao fim do decênio
- ▶ Elevar a **taxa de alfabetização** da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o fim vigência do plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional
- ▶ Triplicar as matrículas da **educação profissional técnica** de nível médio
- ▶ Ampliar a proporção de **mestres e doutores** do corpo docente em efetivo exercício no ensino superior para 75%
- ▶ Elevar gradualmente o número de matrículas na **pós-graduação** stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores
- ▶ Garantir que, até o último ano de vigência do PNE, 80% dos professores que atuam na educação básica tenham concluído curso de **pós-graduação** stricto ou lato sensu na área de atuação
- ▶ Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à **educação profissional** nos ensinos fundamental e médio
- ▶ Universalizar, até 2016, a educação infantil na **pré-escola** para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o fim da vigência do PNE
- ▶ Oferecer educação em **tempo integral** em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica
- ▶ Elevar a **escolaridade média** da população de 18 a 29 anos do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do Plano Nacional de Educação. Igualar a escolaridade média entre negros e não negros

Relator propõe duas etapas para extinguir o analfabetismo

Para universalização da alfabetização, o governo propunha a idade máxima de 8 anos. Na Câmara, o critério foi mudado para até o fim do terceiro ano do ensino fundamental. Pimentel propõe etapas: até os 8 anos e até o terceiro ano na primeira metade da vigência do plano; até os 7 anos, no período entre o sexto e o nono anos do plano; e até o fim dos 6 anos de idade no décimo ano de vigência do PNE.

O PNE foi enviado pelo governo ao Congresso em 15 de dezembro de 2010 e só foi aprovado na Câmara quase dois anos depois, após ter recebido quase 3 mil emendas.

No Senado, houve duas audiências sobre o texto na CAE, onde recebeu 80 emendas. O projeto será analisado nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) antes de ser votado em Plenário.

No Dia do Pedagogo, Cristovam defende carreira nacional

Em pronunciamento alusivo ao Dia do Pedagogo, comemorado ontem, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que o Brasil precisa cuidar melhor da educação de base. Para ele, não há como ter um ensino superior desenvolvido se, antes, os alunos não passarem por uma educação de base com qualidade.

— Os alunos que saem do segundo grau puxam a universidade para cima se eles têm qualidade, ou puxam para baixo se não têm qualidade. Hoje, o nosso sistema de educação de base está puxando as universidades para baixo — lamentou.

É por esse motivo, segundo Cristovam, que o Brasil é um grande consumidor de telefones celulares, mas não um grande produtor.

O senador voltou a defender o projeto de federalização da educação de base no país. Para ele, os professores precisam de uma carreira nacional que lhes garanta bons salários. A sugestão é de que o salário seja de R\$ 9 mil, com estabilidade, desde que mantenham bons níveis em avaliações periódicas.



Para Cristovam, falta apoio para universidades formarem cientistas

Em análise, regras para profissionais do texto em braille

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode examinar amanhã, em decisão terminativa, projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a profissão de transcritor e de revisor de textos em braille.

De acordo com a proposta (PLS 67/2011), poderão exercer as profissões aqueles que tenham completado pelo menos o ensino médio e que tenham certificado de habilitação expedido por órgão oficial, reconhecido pelo Ministério da Educação ou por entidades representativas dos deficientes visuais.

Na justificativa da matéria, o senador argumenta que é preciso acabar com a indefinição jurídica da atividade e proteger os profissionais envolvidos.

Debate sobre educação da Finlândia

O sistema educacional da Finlândia será discutido hoje em audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O debate, sugerido por Cyro Miranda (PSDB-GO), terá como convidado o ministro da Educação e Ciência daquele país, Jukka Gustafsson.

— Em meio ao debate e processo de deliberação do Plano Nacional de Educação, as reflexões sobre exemplos bem-sucedidos na educação podem agregar subsídios e melhor instrumentalizar este colegiado para a discussão que vamos empreender sobre o

futuro de nossa educação e, consequentemente, de nossas gerações — afirma Cyro.

A audiência, com tradução simultânea do inglês para o português e vice-versa, será realizada às 10h, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa.



Cyro Miranda: caso bem-sucedido pode subsidiar discussões sobre o futuro

Acompanhamento da vida escolar dos filhos

A Comissão de Educação debate amanhã, às 10h, o projeto que estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem à escola dos filhos para acompanhar

o desempenho deles. O PLS 189/2012, de Cristovam Buarque (PDT-DF), propõe multa equivalente ao valor pago por quem não comparece às eleições para aqueles que passam

mais de dois meses sem ir à escola do filho.

Foram convidados para o debate o especialista em educação Célio Cunha; o presidente da Comissão Nacional

de Educação Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eid Badr; Candido Gomes, do movimento Todos Pela Educação; e um representante do Ministério da Educação.

Renan acompanha Dilma na inauguração de estádios

O presidente do Senado participou da abertura das arenas de Recife e de Brasília, que sediarão jogos da Copa do Mundo; a mandatária agradeceu o empenho de Renan na votação da MP dos Portos

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, viajou ontem com a presidente Dilma Rousseff para o Recife. A agenda incluiu almoço com trabalhadores do setor da construção naval e a inauguração do navio Zumbi dos Palmares, quinta embarcação entregue à Transpetro (subsidiária da Petrobras) produzida por meio do Programa de

Modernização e Expansão da Frota (Promef).

Renan também acompanhou a presidente Dilma na inauguração da Arena Pernambuco, que vai sediar jogos da Copa das Confederações, mês que vem, e da Copa do Mundo de 2014.

Eles assistiram a uma partida de futebol disputada entre os operários que

participaram da construção do estádio.

No sábado, o presidente do Senado participou da solenidade de inauguração do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília.

No evento, Dilma agradeceu o desempenho de Renan na condução da votação da MP dos Portos, aprovada quinta-feira pelo Senado.



A Arena Castelão, em Fortaleza, está bem construída, segundo Valadares, mas as obras complementares estão atrasadas

Parlamentares visitam obras em Fortaleza

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), participou ontem, em Fortaleza, da visita do grupo às cidades-sede da Copa das Confederações. A comitiva, também composta por integrantes da Comissão de Turismo e Desporto

da Câmara dos Deputados, visitou a Arena Castelão e o Aeroporto Internacional Pinto Martins.

De acordo com o senador, o estádio está bem construído e com obras complementares encontram-se em andamento. São mudanças que visam facilitar o acesso ao estádio.

— Estão atrasadas devido a problemas com a desapropriação de residências e lojas e ações na Justiça, mas vão ficar prontas para a Copa de 2014 — afirmou o senador.

O custo das obras da arena somam mais de R\$ 500 milhões. Para Valadares, o volume de gastos foi adequado, especialmente se comparado aos de Brasília e Belo Horizonte, que tiveram gastos bem maiores com os estádios.

Na visita ao aeroporto, a comitiva conferiu as obras de ampliação, como a construção de seis pontes e um novo terminal. Segundo o senador, a maior parte das obras será entregue até a Copa das Confederações, que começa em junho, mas a ampliação total deve ficar pronta até março do ano que vem.



Valadares (de capacete azul) vistoria o Aeroporto Internacional Pinto Martins

Comissão discute megaeventos e turismo

A CDR discutirá amanhã megaeventos como plataformas de promoção do turismo brasileiro. A audiência pública inaugura o ciclo de debates sobre a preparação do país para a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, neste ano, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. A série de audiências foi sugerida por Lídice da Mata (PSB-BA).

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que pouco tem se discutido a preparação do Brasil para receber os turistas durante esses eventos:

— O Brasil está extremamente preocupado, e com razão, em acelerar as obras de infraestrutura dos estádios, de mobilidade urbana, enfim, obras muito importantes para a realização desses megaeventos.

Mas uma discussão importante tem que se dar no âmbito desta comissão: o que se deve fazer durante a realização desses eventos, como receber os turistas? É fundamental a discussão da mobilidade urbana, dos hotéis, da segurança, dos restaurantes, da oferta de bens e serviços àqueles que vêm de todas as partes do mundo visitar o Brasil durante esses megaeventos.

Ana Rita é contra flexibilizar horário de *A Voz do Brasil*

Em audiência pública realizada ontem sobre tornar o programa *A Voz do Brasil* patrimônio cultural e imaterial do país (PLS 19/2011), Ana Rita (PT-ES) criticou outro projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados e pretende flexibilizar o horário da transmissão. Por exigência legal, *A Voz do Brasil* é um programa de notícias veiculado em todas as rádios do país a partir das 19h.

Ana Rita, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), declarou que a proposta que permite mudar o horário “é motivada por interesses meramente econômicos de setores da grande mídia”.

— A flexibilização é uma forma disfarçada de relegar a segundo plano *A Voz do Brasil* — reiterou a senadora.

O projeto de lei foi aprovado pelo Senado como PLC 109/2006, no final de 2010. Em seguida, retornou à Câmara, onde teve origem e ainda aguarda ser votado, como PL 595/2003. De acordo com o texto, as rádios poderiam escolher, na faixa das 19h às 22h, em qual horário transmitir o programa.

A proposta de flexibilizar

o horário é defendida pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Representante da associação, o advogado Alexandre Kruehl Jobim argumenta que a flexibilização é necessária devido aos prejuízos que as rádios enfrentam com a “brutal” queda de audiência durante o programa.

Jobim diz que a imposição da transmissão às 19h “não faz sentido em pleno século 21, quando existem meios como a internet” e vários ouvintes prefeririam ter informações sobre o trânsito local, música ou outros programas de entretenimento, como a transmissão de jogos de futebol.

Para Chico Sant'Anna, jornalista do Senado e coordenador do Movimento em Defesa do programa *A Voz do Brasil*, “na prática a flexibilização levará ao fim do programa”. Ele afirma que, se cada rádio fizer a transmissão no horário que desejar, será impossível ao governo fiscalizar quem está efetivamente veiculando ou não o programa “e, aos poucos, ele irá desaparecer”.

— O horário das 19h já está no imaginário da população — assinalou.



Ana Rita (C) preside audiência para discutir o papel de *A Voz do Brasil*

Programa é única alternativa para muitos que moram no interior

Sant'Anna lembrou que a transmissão de *A Voz do Brasil* é uma das poucas contrapartidas que as emissoras têm de oferecer em troca da concessão que utilizam. Ele acusou a Abert de ter acabado com o Projeto Minerva, de alfabetização a distância, que era produzido pelo governo e tinha transmissão obrigatória em todas as rádios. Também disse que as contrapartidas feitas por meio de campanhas institucionais de saúde ou educação “praticamente não existem mais e programas como o do Zé Gotinha, para serem veiculados, têm de pagar às rádios e às TVs”.

Outro ponto ressaltado pelos defensores de *A Voz*

do Brasil foi o público que o programa alcança — principalmente o rural — e que não é atendido pela imprensa do setor privado. O secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Jonas Valente, frisou que “a grande demanda por *A Voz do Brasil* vem das pessoas que estão no campo, no interior, que têm pouca renda e não têm, por exemplo, acesso a internet e TV a cabo”.

— São brasileiros que não têm alternativa — salientou Valente.

Ana Rita disse que “*A Voz do Brasil* precisa ser preservada e cabe à Câmara, onde tramita o projeto, fazer esse debate”.

Tombini fala hoje sobre metas do Banco Central

Apresentação semestral de relatório ao Congresso, que está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, incluirá projeções e análises sobre o crescimento do produto interno bruto e o controle da inflação



Alexandre Tombini explicará objetivos das políticas monetária e cambial

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, falará hoje em audiência pública no Congresso. Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), o Banco Central deve apresentar ao Parlamento, a cada semestre, um relatório com a avaliação do cumprimento de objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

O nível de atividade econômica do país, projeções e análises sobre o crescimento do produto interno bruto (PIB) e o controle da inflação são

outros assuntos recorrentes em audiências com a presença do presidente do Banco Central.

A audiência, que começa às 15h, será realizada em conjunto pela Comissão Mista de Orçamento (CMO); pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado; e pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), de Finanças e Tributação (CFT) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara.

Agenda para novo Código Comercial

A comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Comercial definiu ontem a estrutura de trabalho e a agenda.

O grupo, composto por 19 juristas, será dividido em oito subcomissões (três transversais e cinco temáticas). A primeira transversal tratará de estatísticas e indicadores; a segunda, da simplificação e racionalização da empresa; e a última,

da abrangência do código. As temáticas focarão tópicos específicos do Direito Comercial: empresa e estabelecimento; sociedades; obrigações e contratos; crise da empresa; e processo empresarial.

O relator da comissão, Fábio Ulhoa Coelho, destacou que o tema da simplificação e racionalização da empresa engloba várias áreas do Direito Comercial. Para ele, a empresa

brasileira atual está amarrada em muitas exigências burocráticas desnecessárias, tornando imprescindível uma mudança.

As subcomissões se reunirão separadamente nas próximas semanas e, em 17 de junho, a comissão fará a segunda reunião geral. O colegiado terá outras sete reuniões e prazo até 16 de novembro para concluir os trabalhos e apresentar um anteprojeto.

Proposta amplia idade de dependente no IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará hoje dois projetos de lei relacionados ao Imposto de Renda: um que eleva a idade dos dependentes (PLS 145/2008) e outro que permite a dedução de despesas com medicamentos para aposentados e pensionistas (PLS 375/2008).

O PLS 145/2008, do ex-senador Neuto de Conto, amplia de 21 para 28 anos a idade dos dependentes que podem ser declarados para fins de dedução no Imposto de Renda.

O PLS 375/2008 permite a dedução dos gastos com medicamentos de aposentados e pensionistas. É preciso comprovar renda mensal inferior a seis salários mínimos.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), lembra que hoje o abatimento desse tipo de despesa só é permitido quando o remédio é usado em hospital, e não quando o uso ocorre antes ou depois da internação.

Comissão analisa novas categorias no Simples

A inclusão de novas atividades profissionais no Simples Nacional será discutida hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Na pauta, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 242/2007, que tramita em conjunto com outras sete proposições.

Pelo novo texto, elaborado pelo relator, Gim (PTB-DF), passam a recolher impostos pelo Simples Nacional os corretores de imóveis, médicos, dentistas, engenheiros, jornalistas, arquitetos, psicólogos, despachantes, tradutores, advogados e serviços de educação física. Por meio de emendas aprovadas na comissão, foram incluídos ainda corretores de seguros, representantes comerciais, publicitários e assessores de imprensa.

Outro item na pauta da CCT é o PLS 321/2012, de José Agripino (DEM-RN), que concede isenção de tributos federais a novas empresas de tecnologia.

Microempresas devem ser compensadas, na opinião de Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu ontem medidas que atenuem para micros e pequenas empresas o efeito da substituição tributária. A regra permite que o Estado cobre do comerciante o imposto referente à venda quando o produto sai da indústria, e não quando chega ao consumidor. Requião propõe mecanismos que



Requião critica substituição tributária

assegurem o pagamento da alíquota máxima de ICMS no Simples Nacional. Na opinião dele, isso impediria “a quebra de continuidade de micros e pequenas empresas no Brasil”.

Jucá cita avanços da lei sobre dívidas de municípios com INSS

Romero Jucá (PMDB-RR) apontou avanços na repactuação de dívidas de estados e municípios com a Previdência Social. A Lei 12.810, publicada semana passada, derivou-se da Medida Provisória 589/2012, da qual Jucá foi relator. A lei também permitiu o parcelamento de dívidas do Pasep em até 240



Senador comemora a publicação da lei

meses, acabou com a cobrança do Pasep para convênios e transferências de recursos com objetivo definido e definiu regras de portabilidade do financiamento habitacional.

Figueiró comemora crescimento da indústria em MS

Ruben Figueiró (PSDB-MS) registrou em Plenário o início da Semana da Indústria, em Campo Grande. O evento é promovido anualmente pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems).

Segundo o senador, apesar de o Brasil viver um encolhimento da atividade industrial, Mato Grosso do Sul apresenta



Ruben Figueiró: atividade industrial

um quadro diferente, “altamente positivo e alvissareiro”.

— A partir de 2009, os números mostram que a atividade industrial vem crescendo de maneira firme e continuada em Mato Grosso do Sul.

Cícero defende incentivos fiscais ao transporte coletivo

Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu mais incentivos ao transporte coletivo. O senador citou projeto (PLS 242/2012) de autoria dele que cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros. O projeto está em análise na Comissão de Infraestrutura (CI).

O objetivo é promover a



Cícero propõe desoneração do setor

desoneração tributária da cadeia produtiva do transporte, suspendendo a cobrança de tributos. Com isso, disse, será possível um transporte de massa de qualidade e com preços convidativos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne especialistas para debater investimentos em energia visando impulsionar a logística e o desenvolvimento

Etanol precisa ser alvo de políticas públicas, afirma pesquisador

AS POLÍTICAS PÚBLICAS no Brasil têm que ser adaptadas para a produção de etanol e o governo precisa negociar metas com o setor, disse ontem Manoel Regis Leal, coordenador do Programa de Sustentabilidade do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol. Ele participou de audiência sobre a produção de combustíveis líquidos e gases (biomassa) na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A audiência, conduzida por Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão, fez parte do ciclo de debates Energia e Desenvolvimento do Brasil, e constituiu o oitavo painel do tema "Investimento e gestão:



Para especialista, usina de cana exige integração entre agricultura e pecuária

desatando o nó logístico do país".

Leal frisou que o sucesso do etanol de primeira geração esteve relacionado ao desenvolvimento tecnológico e à adoção de políticas públicas.

A perda de competitividade frente à gasolina representa, para ele, um dos maiores problemas para o etanol. Leal citou também o aumento dos custos de produção e a falta de verbas de investimento, já que

a maioria das usinas não tem condição de obter recursos, pelo nível de endividamento.

Leal observou que os investimentos para melhoria do motor a álcool são pífios em relação à melhoria do motor a gasolina. Ele lembrou ainda que, desde a crise global de 2008, o setor sucroalcooleiro apresenta baixo dinamismo.

— Existe futuro para o etanol, desde que exista demanda. O trunfo que temos é a integração da agricultura, pecuária e floresta, e o uso da palha para bionergia. Com isso, podemos usar de maneira mais inteligente a terra disponível, sem impactar na produção de alimentos — afirmou.

Empresário diz que Brasil pode ser fonte mundial de energia

O Brasil tem recursos naturais que, se bem utilizados, podem transformar o país numa fonte de energia para o mundo, sobretudo com a biomassa, segundo o gerente-executivo da PricewaterhouseCoopers (PwC), Ernesto Cavasin Neto.

Ele observou que 80% da energia consumida no mundo até 2040 virá do petróleo e do carvão. Destacou que a produção eólica já é realidade na Europa e tem como ponto de expansão a Ásia e a América do Sul. Cavasin lembrou que a energia nuclear passou a ser fonte de questionamento após o acidente na Usina de Fukushima, no Japão, em 2011.

O investimento em ciência e tecnologia também foi defendido por Inácio Arruda (PCdoB-CE) como forma de dar condições para o país transformar energia em riqueza.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), destacou a publicação, no *Diário Oficial da União*, da MP 615/2013, que autoriza o pagamento de auxílio extraordinário aos produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar atingidos pela seca no Nordeste.

Avanço tecnológico recente criou vantagem para o país

O vice-presidente de Tecnologia da GranBio e professor da Unicamp, Gonçalo Pereira, disse que o avanço tecnológico ocorrido nos últimos anos na produção de etanol representa uma vantagem competitiva para o país.

— Nossa extraordinária engenharia genética, aplicada a micro-organismos, vai converter o açúcar nos mais variados produtos renováveis, replicando a petroquímica. O que faz a diferença hoje em dia é o preço da matéria-

-prima e a capacidade de fazer fermentação — afirmou.

Para ele, o desafio é saber como usar ciência de alto nível e convertê-la em tecnologia.

— O Brasil tem hoje capacidade de produzir leveduras sob medida para captação de

açúcar de alta produtividade, com introdução dos genes certos para a produção de diferentes produtos, de forma absolutamente sustentável.

Pereira observou, porém, que o país precisa avançar na área regulatória.

Senado + transparente

É fácil ficar sabendo

www.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar acessíveis as informações sobre a instituição e os senadores. Ele se antecipa às demandas da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Comércio eletrônico já tem regulamentação

Debates no Senado e projetos de atualização do Código de Defesa do Consumidor subsidiaram a elaboração de decreto presidencial com regras específicas para o setor

Janaína Araújo

ENTROU EM VIGOR em 14 de maio o decreto presidencial que regulamenta o comércio eletrônico no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Agora, ficam mais claras e específicas as regras para o setor, que antes seguiam as normas gerais do CDC. O Decreto 7.962/2013 determina que as contratações no comércio eletrônico devem observar o cumprimento das condições da oferta, com a entrega dos produtos e serviços de acordo com prazos, quantidade, qualidade e adequação. Outros aspectos importantes são o atendimento facilitado ao consumidor e o respeito ao direito de arrependimento.

O consultor legislativo do Senado Leonardo Garcia, que foi assessor da comissão externa de juristas que elaborou o anteprojeto de atualização do CDC e acompanha a comissão temporária de modernização do código na Casa, conta que o decreto baseou-se num trabalho em conjunto entre o governo e o Congresso. Segundo ele, a lacuna que o comércio eletrônico tinha de



Luiz Alves/Agência Senado

32 milhões de brasileiros — observou Ferraço.

Arrependimento

A secretária nacional do Consumidor, Juliana Pereira, e outros representantes do Ministério da Justiça participaram da discussão na comissão de modernização do CDC. Ela afirma que com o decreto será possível para o órgão, os Procons e o Ministério Público fiscalizar os sites de vendas eletrônicas. Juliana aponta ainda a importância da regra sobre o contato entre empresa e consumidor, que deve ser feito por meio do mesmo canal utilizado para a compra.

— Muitos sites fazem as contratações, mas não oferecem um espaço para o consumidor tirar dúvidas e reclamar — disse a secretária.

Ela mencionou também o destaque que agora deve ser dado no site ao direito de arrependimento com prazo de sete dias, já previsto no CDC para compras feitas fora de estabelecimentos comerciais. A regulamentação em vigor, acrescentou, busca aumentar a confiança nos negócios feitos pelo comércio eletrônico.

regras específicas motivou alguns senadores a apresentar projetos de lei. As propostas, com o anteprojeto, estão sob análise da comissão. Audiências públicas com juristas e representantes de entidades da sociedade civil e do governo subsidiaram a elaboração do decreto.

— A opinião dos especialistas foi de que algumas das regras dos projetos sobre o comércio eletrônico eram

detalhadas e teriam que ser fixadas por decreto — explica.

Garcia diz que, apesar de o decreto trazer regras já sugeridas nos projetos, eles continuam a tramitação no Congresso, onde aguardam relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) na comissão para depois serem aprovados pelo Plenário. Quando aprovados, diz o consultor, irão contemplar o que o ato do Executivo não traz. O senador lembra

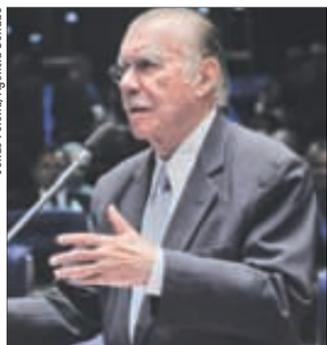
que a explosão do comércio eletrônico foi a mudança mais óbvia que ocorreu nos 22 anos de vigência do CDC, sendo o primeiro ponto a ser debatido na comissão de modernização do código.

— O mundo da internet é um mundo sem volta, em que o consumidor, com muito mais acesso às informações, ganhou mais poder de escolha e mais voz. Hoje, as vendas on-line já fazem parte da rotina de

Decreto tem medidas que estavam previstas em projetos de lei



Humberto Costa previra mecanismos de proteção agora regulamentados



José Sarney assinou projeto feito por juristas para Código do Consumidor



Ricardo Ferraço é relator dos textos que podem contemplar mais medidas

No PLS 439/2011, de Humberto Costa (PT-PE), os mecanismos de proteção ao consumidor no comércio eletrônico sugeridos são a exigência de que o nome do fabricante do produto e do fornecedor responsável pela oferta do produto ou serviço seja informado no site com o respectivo CNPJ ou CPF — exatamente como o decreto determina. O senador ressaltou na proposta, como na

regulamentação agora em vigor, a importância de informar pelo site o endereço físico e o eletrônico da empresa.

Também no PLS 281/2012 — uma das propostas entregues pela comissão de juristas para aperfeiçoar o CDC — há regras que estão no decreto. Assinado por José Sarney (PMDB-AP), o projeto determina, por exemplo, que o fornecedor de produtos e serviços deve colocar em destaque no site o preço total, incluindo a discriminação de eventuais despesas, como a de entrega e seguro. Outro ponto do projeto presente no regulamento é a obrigação de o fornecedor confirmar imediatamente o recebimento de comunicações, inclusive manifestação de arrependimento e de cancelamento do contrato, utilizando o mesmo meio empregado pelo consumidor.

Fique por dentro das novas regras para compras pela internet

DADOS QUE DEVEM ESTAR EM DESTAQUE NO SITE

- ▶ nome empresarial e respectivo CNPJ ou o CPF do responsável pela empresa que oferece produtos ou serviços
- ▶ endereço físico e eletrônico e demais informações para garantir ao consumidor localizar e fazer contato com a empresa
- ▶ características essenciais do produto ou do serviço, incluídos dados sobre os riscos à saúde e à segurança dos consumidores
- ▶ discriminação, no preço, de quaisquer despesas adicionais, como as de entrega ou seguros
- ▶ condições integrais da oferta, incluídas formas de pagamento, disponibilidade, modo e prazo da execução do serviço ou da entrega ou disponibilização do produto
- ▶ informações claras sobre restrições para que o consumidor usufrua as ofertas

O QUE OS SITES DE COMPRAS COLETIVAS TAMBÉM DEVEM INFORMAR

- ▶ quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato
- ▶ prazo para utilização da oferta pelo consumidor
- ▶ identificação do fornecedor responsável pelo site e do fornecedor do produto ou serviço com nome empresarial, CNPJ ou CPF e endereços físico e eletrônico

GARANTIA DE ATENDIMENTO FACILITADO AO CONSUMIDOR

- ▶ apresentar inicialmente sumário do contrato com as informações necessárias para o direito de escolha, enfatizando as cláusulas que limitem direitos
- ▶ fornecer ferramentas eficazes para identificar e corrigir imediatamente erros ocorridos nas etapas anteriores à finalização da contratação
- ▶ confirmar imediatamente o recebimento da aceitação da oferta
- ▶ disponibilizar o contrato em meio que permita a conservação e a reprodução imediatamente após a contratação
- ▶ manter serviço adequado e eficaz de atendimento em meio eletrônico, que possibilite ao consumidor a resolução, em até cinco dias, de demandas referentes a informação, dúvida, reclamação ou cancelamento do contrato
- ▶ confirmar imediatamente o recebimento das demandas pelo mesmo meio empregado pelo consumidor
- ▶ utilizar mecanismos de segurança eficazes para pagamento e para tratamento de dados

DIREITO DE ARREPENDIMENTO

- ▶ dados sobre os meios adequados e eficazes para exercício do direito pelo consumidor devem estar claros e visíveis no site
- ▶ o direito pode ser exercido pela mesma ferramenta utilizada para a contratação, sem prejuízo de outros meios disponíveis
- ▶ ao utilizar o direito de arrependimento, o consumidor rescinde os contratos acessórios, sem qualquer prejuízo para si
- ▶ o fornecedor deve comunicar imediatamente à instituição financeira ou à administradora do cartão de crédito ou similar para que a transação não seja lançada na fatura do consumidor ou para que seja efetivado o estorno do valor
- ▶ o fornecedor deve enviar ao consumidor confirmação imediata do recebimento da manifestação de arrependimento

SANÇÕES APLICADAS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA (JÁ PREVISTAS NO CDC)

- ▶ multa
- ▶ apreensão do produto
- ▶ inutilização do produto
- ▶ cassação do registro junto ao órgão competente
- ▶ proibição de fabricação
- ▶ suspensão de fornecimento de produtos ou serviços
- ▶ suspensão temporária de atividade
- ▶ revogação de concessão ou permissão de uso
- ▶ cassação de licença do estabelecimento ou atividade
- ▶ interdição, total ou parcial, de estabelecimento, obra ou atividade
- ▶ intervenção administrativa
- ▶ imposição de contrapropaganda

Saiba mais

Código de Defesa do Consumidor (CDC) — Lei 8.078/1990:
<http://ow.ly/lcrLS>

Comissão de Modernização do CDC:
<http://ow.ly/lcsbf>

Veja as edições anteriores do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/jornal